

# Apeoesp critica municipalização de escolas

Agliberto Lima/AE

*Na assinatura dos três primeiros convênios, 90 prefeitos firmaram protocolo de intenções, mas presidente de sindicato diz que os acordos não prevêem a manutenção do processo depois das eleições municipais*

O presidente do Sindicato dos Profissionais do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Roberto Felício, criticou ontem a forma adotada pelo governo do Estado para municipalizar escolas de 1º grau. Em sua opinião, convênios que começaram a ser assinados na segunda-feira, entre prefeituras e a Secretaria Estadual de Educação, poderão ser cancelados a qualquer momento.

“É uma política de pouco fôlego”, disse. Felício lembrou que este é um ano eleitoral, sujeito a injunções políticas. “Nos termos do acordo, não há qualquer exigência para que os próximos prefeitos mantenham o processo.” Felício acredita

que as diferenças regionais de qualidade de ensino vão se acentuar, oscilando de acordo com a posição financeira de cada prefeitura.

O governo do Estado já municipalizou 51 escolas estaduais de 1ª a 4ª séries em Santos, Jundiaí e Ilha Solteira. Durante a assinatura dos três primeiros convênios anteontem, no Palácio dos Bandeirantes, outros 90 prefeitos firmaram protocolo de intenções.

Segundo o governador Mário Covas, quando efetivados, os acordos vão alcançar 163 mil dos mais de 4 milhões

de alunos matriculados no 1º grau, dentro do Programa de Parceria Educacional Estado-Município para o Atendimento ao Ensino Fundamental. Covas aposta na melhoria da qualidade do ensino. “A Prefeitura passa a comandar o processo”, disse. “O instrumento de ação estará mais próximo da comunidade.” Na parceria, uma das responsabilidades das prefeituras é equiparar os salários de funcionários com os profissionais das redes municipais.

Em Santos, professores P1 (sem formação universitária) das 10 escolas municipalizadas passarão a receber salários de R\$ 916,00 por 40 horas semanais. Até fevereiro, esses profissionais ganharam R\$ 477,90. Em Jundiaí,

docentes das escolas municipalizadas terão aumento de 70%.

O programa estadual atende aos objetivos da proposta de Emenda Constitucional do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, prevendo a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Pela emenda, Estados e municípios terão de aplicar no ensino básico 60% dos 25% já vinculados à Educação pela Constituição. As prefeituras que não mantiverem 1º grau não terão direito à parcela.

**COVAS:**  
**“PREFEITURA**  
**COMANDARÁ**  
**PROCESSO”**



Governador Mário Covas: “O instrumento de ação do ensino estará mais próximo da comunidade”